

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012024-09.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
Requerente: **RADIO PROGRESSO SÃO CARLOS LTDA**
Requerido: **MICHEL MOUSSA FAKHOURI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA moveu ação de cobrança contra MICHEL MOUSSA FAKHOURI, pedindo sua condenação no pagamento da importância de R\$ 3.036,69, com os acréscimos legais, correspondente ao contrato de prestação de serviço de radiodifusão que deixou de pagar.

Foram realizadas inúmeras diligências na tentativa de localização do atual endereço do réu, todas infrutíferas.

O réu citado por edital, não contestou o pedido, fazendo-o o Dr. Curador nomeado, por negativa geral.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As tentativas de citação pessoal do réu não surtiram êxito, justificando-se a citação por edital.

Os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação do réu, de pagar o valor cobrado.

Analisando o cálculo apresentado às fls. 4, além do valor do débito, com as devidas atualizações e encargos moratórios, a autora incluiu custas processuais e honorários advocatícios. No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 15%, perante a reduzida complexidade da causa mas longa duração do processo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o réu a pagar para a autora importância de R\$ 2.349,76, com correção monetária e juros moratórios, estes contados da data da citação inicial, além das custas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de setembro de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**